

Dinâmicas Demográficas e Transformação da Paisagem nos Concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)

Gonçalo Fernandes (goncalopoeta@ipg.pt);

Joaquim Brigas (jbrigas@ipg.pt);

Ana Lopes (anaventura@ipg.pt)

Emanuel Castro (emanuelcastro@ipg.pt)

*Centro de Geografia e Desenvolvimento
Escola Superior de Educação da Guarda -IPG*

Resumo

As dinâmicas demográficas estabelecem, inevitavelmente, profundas alterações nas estruturas económicas, sociais e espaciais das regiões, face às suas implicações nas formas de ocupação e transformação do espaço e nos conflitos que se desenvolvem entre os diversos grupos, actividades e o meio que lhes serve de suporte. Assim, a população assume um duplo protagonismo no território, podendo ser concebida, por um lado, como um agente que organiza e transforma o espaço, com base nos seus bens materiais e imateriais e, por outro, como recurso desse mesmo espaço, que acaba por completar e dar conteúdo geográfico.

A evolução populacional das áreas de montanha constitui uma das características da sua identificação, em virtude do seu declínio e das repercussões nas estruturas sócio-económicas, que a levam a diferenciar-se dos espaços adjacentes e a estruturar uma paisagem com contornos singulares. A organização do povoamento, a dimensão dos aglomerados e a sua articulação espacial, constitui outro dos aspectos de interesse, pela sua influência e diferenciação na atractividade criada e na capacidade de desenvolvimento que origina.

O estudo que se desenvolve sobre a Serra da Estrela, incide em seis concelhos que pela sua análise irão testemunhar as características demográficas deste espaço, permitindo compreender os principais processos da sua dinâmica e evolução temporal, dando ênfase às alterações nas formas de organização e ocupação do solo.

1. Introdução.

A dinâmica demográfica, constituindo o fundamento do modelo de desenvolvimento a perspectivar, é a base do sistema de articulação de qualquer unidade espacial. Neste sentido a população surge como elemento catalisador de grande parte dos problemas e desafios que se colocam no momento de aproveitar as potencialidades e a revitalização económica e social dos espaços, especialmente aqueles que sofreram uma diminuição dos efectivos populacionais e, conseqüentemente, uma profunda alteração da sua estrutura económica.

A evolução populacional nas áreas de montanha constitui uma das características da sua identificação, em virtude da dinâmica temporal e estrutural, patente no seu declínio, baixa densidade demográfica, envelhecimento e na ocupação sazonal estabelecidas na vertical, em função das características climáticas e ciclos vegetativos. As repercussões na organização sócio-económica e territorial, levam a diferencia-las dos espaços adjacentes e a estruturar uma paisagem com contornos singulares.

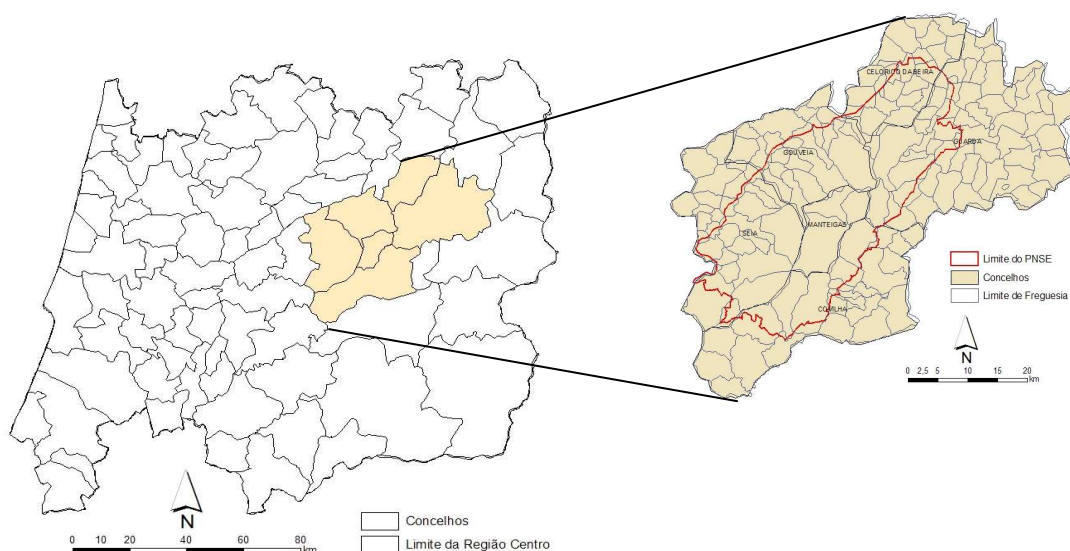
O estudo que se desenvolve sobre os seis concelhos integrantes do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), procura analisar as características demográficas deste espaço, permitindo compreender e detectar as principais causas e processos da sua dinâmica e evolução temporal, tendo em atenção as modificações funcionais que esta área enfrenta, face aos condicionalismos naturais e às novas procuras e actividades que vão emergindo, especialmente ligadas ao turismo e lazer. De assinalar que somente parte dos concelhos estão integrados no PNSE, o que implica diferenciações significativas na percepção, uso e ocupação deste conjunto territorial.

2. Dinâmicas populacionais penalizadoras: declínio e envelhecimento

A Serra da Estrela, no conjunto dos seis concelhos integrantes do PNSE – Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Seia e Manteigas -, apresenta uma evolução populacional contrastada e simultaneamente penalizadora, face ao declínio demográfico que evidencia desde meados do século passado. Em termos concretos é a partir da década de 50, momento em que atinge a sua máxima ocupação com

205747 habitantes, que se verifica um decréscimo contínuo de população, apresentando no início deste século um efectivo de pouco mais de 155 mil habitante. Houve assim, em cerca de meio século, uma perda superior a um quarto da população, em resultado de um conjunto de factores económicos, políticos e sociais que, de forma conjugada, têm contribuído para este processo. Destes destacam-se: a manutenção de uma estrutura produtiva tradicional, os baixos rendimentos do sector agrícola, as poucas expectativas de emprego na indústria e serviços, as deficientes acessibilidades e a inexistência de um modelo integrado de gestão e desenvolvimento. Esta situação levou, indubitavelmente, ao abandono da população na procura de melhores condições de vida, em direcção às áreas urbanas, nacionais ou no exterior.

Fig. 1 – Localização do PNSE na Região Centro e sua estrutura administrativa



Este território tem demonstrado diferentes níveis de polarização sócio-demográfica, quer em termos espaciais, quer temporais. As cidades, em virtude dos serviços criados, têm ancorado população, assistindo-se, nas áreas de cariz marcadamente rural à contínua perda de população, o que leva a novas reconfigurações espaciais e sócio-económicas. Neste sentido, regista-se um processo de expansão dos aglomerados urbanos, nomeadamente Covilhã, Guarda e Seia, em torno das principais vias de comunicação, com o progressivo desaparecimento das funções rurais. Esta expansão, visível ao longo desta última década, marca de certo modo uma ruptura com o passado e com as tendências perspectivadas, traduzindo-se em ganhos

populacionais. Contudo, a maioria do território sofre de perda de população, que origina a existência de um mercado de reduzida dimensão, que não justifica a presença de muitas actividades e serviços, reduzindo simultaneamente a extensão e diversificação do emprego. Do ponto de vista produtivo as actividades económicas dominantes nestas áreas são, principalmente, a agricultura, silvicultura e pastorícia, assim como algumas actividades industriais e artesanais junto das povoações, especialmente nos vales, a que se junta o comércio e os serviços de turismo, que apresentam tendências de crescimento.

Esta evolução demográfica regressiva traduz-se inevitavelmente num envelhecimento acelerado da população, numa diminuição da ocupação e aproveitamento do território e na própria desestruturação do sistema produtivo. Toda esta situação constitui, pelas suas repercussões, um dos principais estrangulamentos e obstáculos para o desenvolvimento económico e social desta região. A população jovem que representa o recurso mais valioso para o futuro, pela capacidade de iniciativas e de mudança, pela capacidade de enfrentar e gerar novos projectos e pelo potencial de dinamização do espaço, vê-se reduzida a valores preocupantes, incrementando a debilidade destas áreas e anulando o seu poder atractivo.

Pode-se subdividir a evolução demográfica durante o século XX, em cinco fases distintas, cujas características encontram algum paralelismo na generalidade das áreas interiores do país. A primeira fase prolonga-se até à década de 30, durante a qual a população regista alguns acréscimos, com excepção de 1910 a 1920, em virtude da crise político-social e dos graves problemas médico-sanitários que foram responsáveis por elevados valores de mortalidade da nossa população. Durante este início de século, a Serra da Estrela verificava um processo de exploração crescente dos seus recursos naturais, água, floresta e subsolo, que potenciava a fixação da população, o alargamento das povoações e a expansão da indústria têxtil. Os movimentos da transumância eram significativos com a deambulação de dezenas de milhares de cabeças de gado, que nas suas movimentações “animavam” os diversos lugares de passagem, constituindo uma das poucas formas de abertura ao exterior, das comunidades vincadamente montanhosas.

A segunda fase, referente ao período das décadas de 30 e 40, regista significativos acréscimos de população, atingindo-se no final da década de quarenta o maior efectivo populacional da região. Foi um período caracterizado por uma diminuição da mortalidade e pelo crescimento económico que despontou com a Segunda Guerra

Mundial. A indústria da lã conhece o seu apogeu, as actividades agro-pastoris desenvolvem-se e a ocupação das terras toma maior extensão e intensidade, ocupando para além dos vales as encostas com diversas culturas.

A terceira fase, compreende o período entre os anos 50 e 1970, caracteriza-se por um período de declínio e marginalização deste território, visto ser a partir dos anos 50 que a população decresce a um ritmo considerável. Nesta fase a emigração atinge os valores mais significativos, em virtude das condições políticas e económicas que se verificavam, direccionada especialmente para as economias da Europa ocidental, que necessitava de mão-de-obra em quantidade para a reconstrução do pós-guerra (Plano Marshall), e juntamente com o êxodo rural, originam a ruptura da organização económica e social deste espaço. Durante os anos 60, verifica-se o período de maior declínio demográfico, com uma perda de 16,7% da população, o que corresponde a menos 33575 habitantes, com os concelhos de Celorico da Beira e Gouveia a perderem cerca de um quarto dos seus habitantes. A estrutura etária da população sofre a sua maior alteração, traduzindo-se numa quebra muito pronunciada da sua população activa e o conseqüente envelhecimento, quer pela base quer pelo topo, fragilizando fortemente a sua estrutura sócio-económica. A quarta fase, referente às décadas de 70 e 80, evidencia o continuar da perda de população mas a ritmos distintos. Na década de 70 o decréscimo foi de cerca de 1,1%, aumentando na década de 80 para cerca de 8%. Se nos finais dos anos 70 se verificou um “arrefecimento” do fenómeno emigratório, como consequência da crise económica e da instabilidade política, que atenuou a mobilidade da população e obrigou ao regresso de muitos portugueses das ex-colónias, nas décadas de 80 o fenómeno emigratório é pouco significado, mas o êxodo rural assume-se como o forte impulsionador da perda de população. Este facto tem por base a ruptura do sistema produtivo tradicional, assente no sector primário¹ e monolitismo da indústria² têxtil. A partir deste momento a estrutura económica tradicional entra em ruptura, originando uma desarticulação organizacional e territorial. A quinta fase correspondente à década de 90, regista uma inversão da tendência de perda, devido ao efeito de polarização das áreas urbanas, especialmente da Covilhã e Guarda, continuando os concelhos de Gouveia, Manteigas e Seia, a registar uma diminuição considerável dos seus efectivos populacionais.

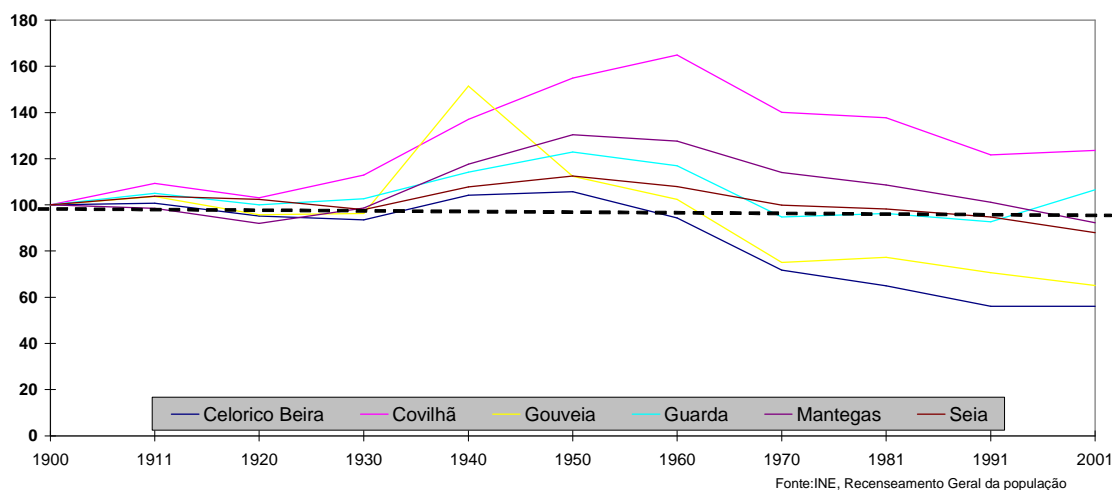
¹ O sector agrícola face às limitações ecológicas do meio, traduzia-se em baixos níveis de produtividade e rendimento o que provoca a saída massiva das populações rurais para as principais áreas urbanas á procura de melhores condições de vida.

² O sector industrial sendo o principal empregador vê-se envolvido num processo de crise que teve como consequência o encerramento de dezenas de empresas levando ao desemprego milhares de trabalhadores que se viram forçados em grande parte, a procurar noutras paragens melhores condições de vida, visto as expectativas de emprego serem reduzidas e na sua maioria mal remuneradas.

2.1. Dinâmica da população por concelho no PNSE

Analisando a evolução com base no Índice 100=1900³, podemos verificar claramente as inflexões populacionais ocorridas ao longo do último século e constatar que apenas Covilhã, Seia e Manteigas, mantêm hoje valores de população superiores aos registados há 100 anos atrás. Os restantes concelhos apresentam, a partir do início da década de 70, quantitativos abaixo do efectivo de 1900, com destaque para Celorico da Beira, que vê reduzida, a menos de metade, a sua população na actualidade, em relação ao início do século.

Fig. 2 – Evolução da população nos concelhos do PNSE, durante o século XX, com base no índice 100= 1900



Quadro 1 - Evolução da população nos concelhos da Serra da Estrela entre 1960 e 2001

	1960	1970	1981	1991	2001	Var. 60/70	Var. 81/91	Var. 91/01	Var.60/01
Cel. da Beira	14930	11368	10269	8875	8899	-23,8	-13,6	0,3	-40,4
Covilhã	72957	62014	60945	53856	54507	-15	-11,6	1,2	-25,3
Gouveia	25210	18514	19045	17410	16142	-26,5	-8,5	-7,3	-35,9
Guarda	48994	39741	40360	38817	43759	-18,9	-3,8	12,7	-10,7
Manteigas	5276	4717	4493	4183	3821	-10,6	-6,9	-8,6	-27,6
Seia	34436	31874	31352	30241	28173	-7,4	-3,5	-6,8	-18,2
Total	201803	168228	166464	153382	155301	-16,7	-7,9	-0,8	-23,1

Fonte: I.N.E. (Recenseamentos Gerais da População)

³ O índice 100 é obtido tendo como referência a população concelhia em 1900. As variações em relação a esse valor permitem detectar aumentos ou diminuições e estabelecer uma comparação na evolução demográfica, independentemente dos quantitativos existentes por concelho.

Num computo geral poderemos afirmar que a área atraiu, ou pelo menos reteve população, até à década de 50, período em que atingiu a sua máxima expressão, devido especialmente ao peso da agricultura e à capacidade empregadora que o sector têxtil-lanifícios deteve até esse período, declinando posteriormente no mesmo sentido que esse sector. Esta inflexão a partir dos anos cinquenta, com perdas constantes de população, teve a sua maior intensidade na década de 60, contudo não se generalizou a todo o território, registando-se acréscimos na década de 70 nos concelhos de Guarda e Gouveia, de 1,6% e 2.8% respectivamente.

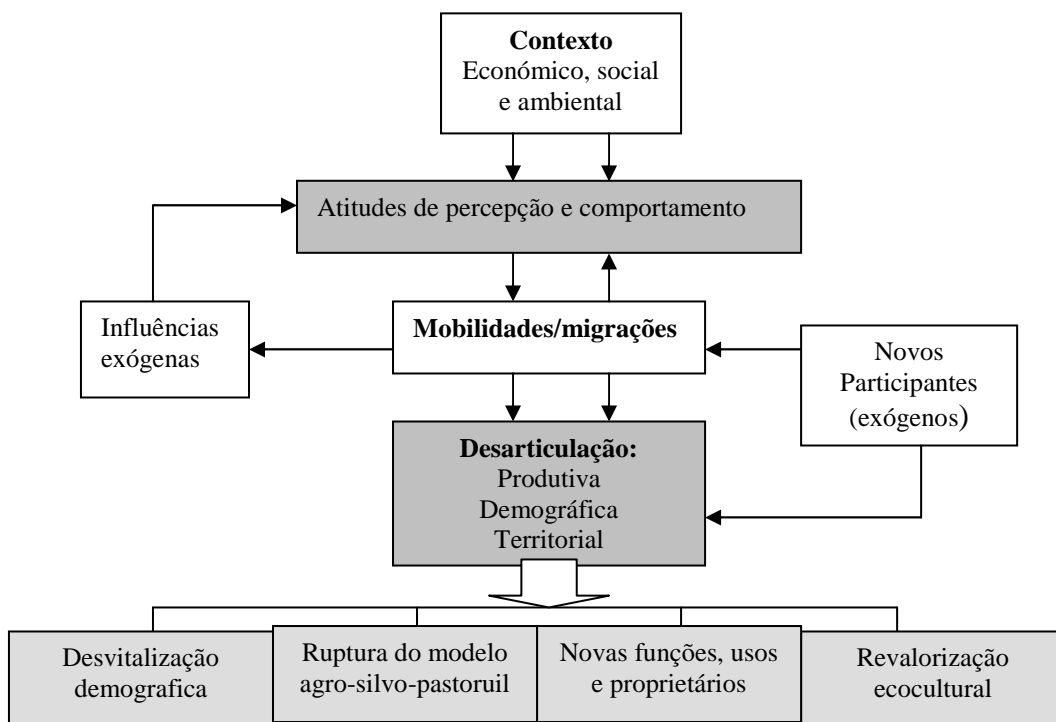
As poucas regalias proporcionadas pela agricultura e as fracas possibilidades de emprego existentes noutros sectores, face à sua fraca ou nula existência, provocaram fortes fluxos de êxodo, conduzindo estas áreas, para uma situação preocupante, face ao despovoamento do território e desestruturação do sistema produtivo. A partir dos anos 60 estas regiões assistem a uma modificação profunda das suas comunidades e da sua organização territorial, o que implicou alterações significativas na paisagem e nos modos de vida. Estes processos originaram uma ruptura com o sistema tradicional e uma submissão crescente dos espaços de montanha à lógica economicista geral. Esta situação quebrou a relativa autonomia existente das comunidades de montanha, que estabeleciam sólidas relações de coesão e solidariedade (CABERO DIEGUEZ, V. 1980). A abertura ao exterior e a estrutura económica tradicional incrementam a suas debilidades, em relação às áreas baixas, arrastando estes espaços para uma situação de crise, agravada ao longo das últimas décadas.

O modelo de espaço produtivo (agro-florestal e pastoril), que prevaleceu fundamentalmente até à década de 70, revela-se incapaz de integrar, face ao funcionamento actual do mercado, as características próprias das áreas de montanha, em virtude das condições naturais menos favoráveis, há excepção das regiões com produções muito específicas e de forte identidade, que podem subsistir graças a uma política exigente e apoiada na qualidade.

A experiência secular destas comunidades de montanha, confrontadas com os fortes condicionalismos naturais, permitiu-lhes, empiricamente, formar sistemas tendo por base a valorização da diversidade e complementaridade do meio. O equilíbrio destas relações resulta dum compromisso idealizado entre necessidades económicas e os seus limites, tendo consciência das restrições existentes e da capacidade de utilização pela comunidade (VERON F. 1995). Estes sistemas desenvolveram formas e

estruturas originais de utilização do espaço que se têm mantido, embora sofrendo, de forma crescente, as alterações introduzidas pelas comunidades exógenas. Este aproveitamento da montanha torna-se utópico face ao crescendo de necessidades das comunidades e da procura de elevação dos níveis de riqueza.

Figura 3 – As influências exógenas na desarticulação sócio-económica da montanha



O crescente relacionamento com as áreas urbanas e a participação de novos agentes vem modificando gradualmente os comportamentos das comunidades locais, levando à desarticulação produtiva, demográfica e territorial, em que tradicionalmente funcionavam estes espaços.

A dinâmica das últimas décadas modificou profundamente o papel da montanha no sistema económico e territorial, originando a perda de usos e funções tradicionais e a entrada de outros, com importante incidência espacial, introduzindo significativas mudanças organizacionais e distintas valorizações dos recursos. Há a assinalar que os recursos naturais, culturais e paisagísticos, que tinham um papel secundário no sistema tradicional, se converteram em factores principais da organização e percepção de amplos espaços de montanha. A plurifuncionalidade destes espaços implica a

combinação sinérgica de diversas funções, isto é entre as produções primárias e as imateriais, ligadas às suas paisagens, ambiente, ócio, lazer e desportos entre outros. Os dados censitários de 2001, revelam-nos uma alteração face à tendência das últimas décadas, com os concelhos da Guarda e Covilhã a apresentarem crescimento, em virtude do dinamismo económico e peso administrativo dos seus aglomerados urbanos, especialmente devido à expansão dos serviços, contribuindo assim para compensar a saída das últimas décadas e dos restantes concelhos.

2.2. Despovoamento e desarticulação sócio-productiva

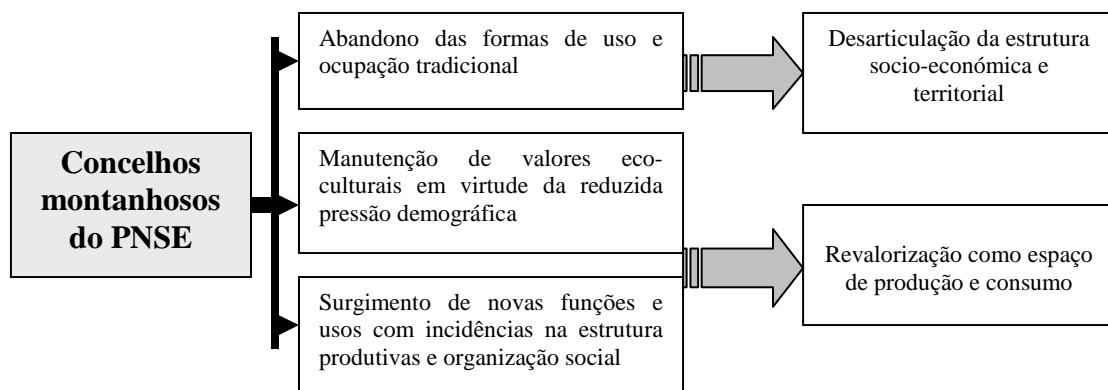
A conjugação dos diversos factores que desde o início do século contribuíram para a perda de população, com destaque para a emigração e êxodo rural, deram origem especialmente a partir da segunda metade do século, a um processo de envelhecimento⁴ e despovoamento, esta situação teve como consequências mais visíveis a perda de vitalidade demográfica, o aumento dos encargos sociais, a dependência funcional das áreas urbanas, a desarticulação social e produtiva. Se numa primeira fase este processo se transformou num meio regulador e de reequilíbrio da população e recursos, a sua continuidade levou ao agravamento das debilidades territoriais.

Os concelhos da Covilhã e Guarda são os territórios mais populosos da área de estudo, absorvem, em 2001, cerca de 63,3% do total do efectivo populacional, reforçando o peso que já detinham em 1960 de 60,4%, embora tenham perdido cerca de 24 000 habitantes. A Covilhã sendo o concelho mais representativo, perdeu na década de 80 11,6% da sua população, ao contrário da Guarda que apenas viu reduzida a sua população em 3,8%. Na última década registam uma inversão, com ganhos de 1,2% e 12,7% respectivamente, que resultou essencialmente da sua capacidade de polarização das áreas rurais em virtude do incremento de emprego ao nível do comércio e serviços.

⁴ O envelhecimento humano pode ser entendido como um processo individual resultante de alteração biológica, psicológica ou outras provocadas pela idade. Para além desta interpretação, existe uma outra que diz respeito ao envelhecimento enquanto processo colectivo, o qual pode ser analisado numa óptica transversal. De acordo com esta perspectiva, o envelhecimento demográfico vai corresponder às alterações que relativamente à estrutura da população, se traduzem por um aumento da importância relativa dos idosos (envelhecimento no topo), por uma diminuição da importância relativa dos jovens (envelhecimento na base) ou por ambas as situações (duplo envelhecimento). (VALENTE ROSA, M.J.:1995, pp5)

Este abandono rural, teve especial significado para a população activa, visto ser aquela que reunia as condições e capacidades de procurar melhores condições de vida. Este facto levou simultaneamente a um decréscimo significativo da natalidade que juntamente com o aumento da esperança média de vida vieram provocar um duplo envelhecimento⁵. Como consequências tem-se registado uma perda acentuada de população, que procurou nos meios urbanos, de maior dinamismo económico, e no estrangeiro, formas de vida que lhe possibilitassem rendimentos mais elevados e um aumento do bem-estar. A percepção das diferenças em termos de rendimentos, conforto e acesso a serviços evidenciou os desequilíbrios sócio-económicos e potenciou a mobilidade das populações. Em resultado, este espaço viu-se de forma progressiva afectado pelo envelhecimento e pelo desmantelamento e marginalização do sistema produtivo assente na agricultura e pastorícia. A par deste processo regista-se a escassez de iniciativas inovadoras, capazes de aproveitar os recursos endógenos e promover o desenvolvimento, com excepção para as actividades de recreio e lazer. Há também a assinalar um certo esquecimento pelas entidades administrativas, que só nas últimas duas décadas reconhecem a sua especificidade, o seu potencial e fragilidade.

Figura 4 – Dinâmicas e desafios nos concelhos da Serra da Estrela



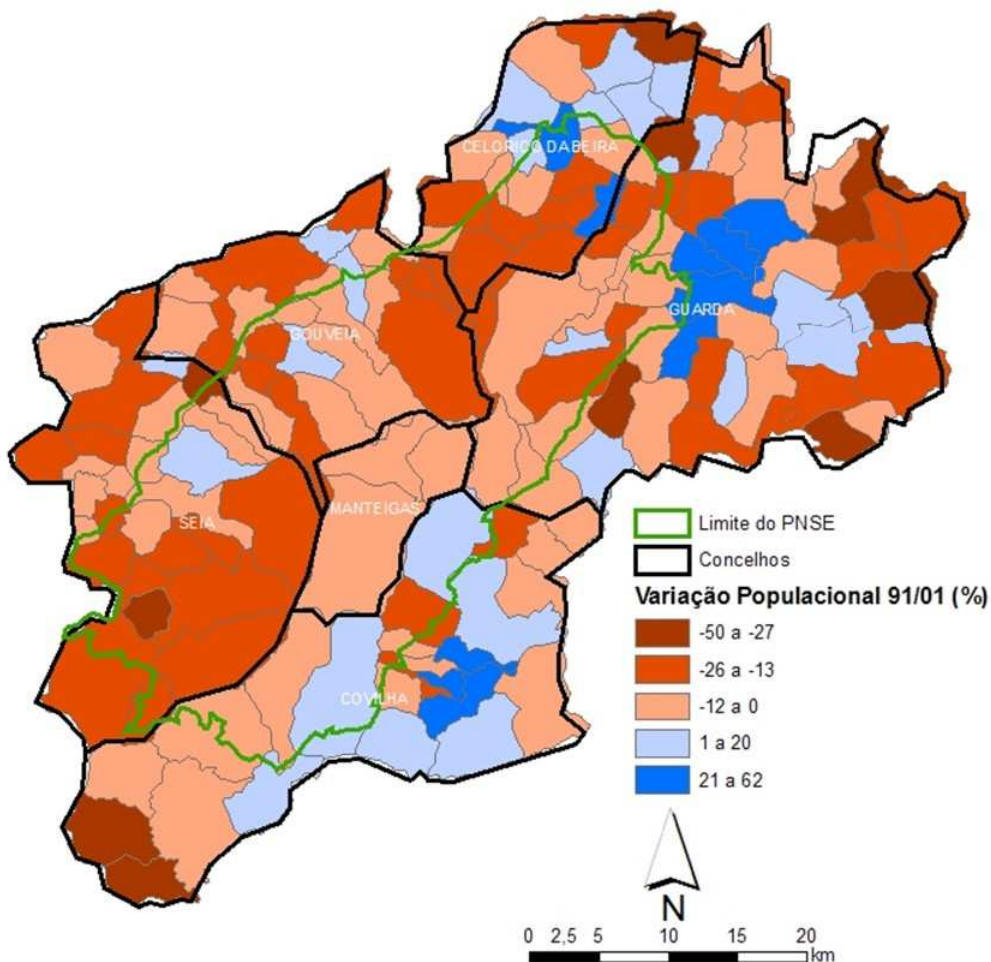
⁵ A análise estatística permite-nos verificar este progressivo envelhecimento, com a redução da proporção de jovens de 29,9% em 1960 para 18,9% em 1991, registando pelo contrário os idosos um aumento de 8,7% para 17,6 % no mesmo período. Na última década a tendência de envelhecimento acentuou-se, incrementando-se de forma contínua a proporção de indivíduos com mais de 65 anos, numa proporção inversa ao da população jovem, resultante da forte drenagem de activos e jovens para o litoral. Em termos relativos houve um decréscimo de 24,8% da população jovem e um acréscimo de 11,3 % da população idosa.

A crescente valorização dos espaços de grande integridade natural e detentores de um assinalável património ecocultural, como é o caso das áreas de montanha, que constituem os ecossistemas mais bem conservados do continente europeu, conheçam nas últimas décadas um incremento da sua procura com motivações e interesses ligados às actividades de recreio e lazer. Neste sentido, assiste-se a novos investimentos, proprietários e usos, que dão a estes espaços outras funcionalidades, com incidências directas sobre o território em termos de alargamento da oferta hoteleira, equipamentos desportivos e segundas residências.

2.2 Dinâmica do Povoamento e variações populacionais

A área em estudo engloba em termos administrativos 158 freguesias. A sua população reparte-se por uma extensa rede de aglomerados, onde predominam as pequenas povoações, que traduzem uma baixa densidade populacional. A tendência geral do povoamento e da própria mobilidade populacional caracteriza-se por uma perda acentuada de população nos pequenos núcleos populacionais até 2000 habitantes e um ganho das aglomerações de maior dimensão, com destaque para as superiores a 10000 habitantes. Até 1981 cerca de 66,6% da população residia em locais com menos de 2000 habitantes, revelando-nos os Censos de 1991 que o seu peso relativo passou para os 58,2%, o que traduz um perda de 22310 habitantes, o equivalente a menos 20,1%. Esta análise evidencia o declínio dos pequenos aglomerados na estrutura do povoamento, a par com e a atracção e crescimento exercido pelos lugares de maior dimensão, com destaque para os núcleos urbanos da Covilhã e Guarda, que se apresentam cada vez mais como pólos estruturantes deste território em termos de dinâmica económica e populacional.

Fig 5 – Variação da População nas freguesias dos concelhos do PNSE entre 1991 e 2001



As dinâmicas existentes evidenciam uma tendência para o esvaziar das áreas de características vincadamente rurais, isto é, onde domina as actividades ligadas ao sector primário, em virtude dos baixos rendimentos alcançados, falta de equipamentos e infra-estruturas, nomeadamente ao nível de serviços de saúde, ensino e apoio social. A este facto, acresce a atracção dos aglomerados urbanos e periurbanos, os primeiros referentes às sedes de concelho, que embora de pequena dimensão, o seu crescimento populacional e a sua função administrativa, leva-os a possuir um conjunto de bens e serviços que polarizam a população em seu redor. Os segundos resultam da sua funcionalidade e vantagens económicas, pela proximidade às sedes de concelho, que constituem os únicos elementos de retracção da migração. Neste sentido verifica-se a perda continuada de população das pequenas freguesias, especialmente das áreas onde os condicionalismos da montanha são mais

significativos, que traduzem um despovoamento alarmante, com o conseqüente desmantelamento da estrutura sócio-económica. Esta realidade tem implicações nefastas na organização territorial, implicando o desaparecimento das actividades agro-pastoris e das estruturas que a suportavam, o alargamento de incultos e matos, a perda de saberes tradicionais e a degradação do património ecocultural destas comunidades.

Considerações Finais

A evolução populacional da Serra da Estrela apresenta diferenciações significativas em função das formas de apropriação que ao longo do tempo se fizeram sentir neste território. Os condicionalismos naturais e a inexistência de uma política de desenvolvimento específica levaram, especialmente a partir da década de cinquenta do século passado, à desarticulação da estrutura social e produtiva em que estas comunidades se sustentavam, conduzindo à sua desvitalização demográfica e marginalização. Em termos genéricos esta área apresenta uma dependência funcional dos núcleos urbanos da Covilhã e Guarda, cuja polarização tem contribuído para o enfraquecimento das freguesias de pequena dimensão e seu envelhecimento. O progressivo decréscimo populacional das últimas décadas tem provocado, para além do declínio dos núcleos populacionais mais pequenos, o “desaparecimento” de outros que se localizam a maior altitude, a ruptura da estrutura organizacional e produtiva deste território. Em paralelo têm surgido de novos usos e funções, especialmente relacionadas com o turismo e lazer. Em conseqüência assiste-se ao desmantelamento das estruturas territoriais que suportavam o sistema agro-silvo-pastoril destas comunidades, dando origem a modificações significativas na paisagem que conhece actualmente novas funções, proprietários e usuários, ligados especialmente às actividades de recreio e lazer, em virtude do potencial eco cultural que estes territórios encerram.

Referências bibliográficas

CABERO DIEGUEZ, V. - " Los espacios naturales e la valorizacion del paisaje como recurso". *Cambios Regionales a finales del siglo XX*, Salamanca, 1997.

COMMISSION EUROPÉENNE – *Une politique pour les Zones de Montagne*, Comité Economique et Social, CES 461/86, Bruxelles, 1988.

CALDAS, J. E MOREIRA, M. – "Quelle perspective pour les agricultures dans les zones de montagne du Portugal", *Revue de Geographie Alpine*, nº 4, pp 117-127, Grenoble, 1992.

CAVACO, C. - *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Lisboa, Direcção-Geral do Desenvolvimento Local, 1994.

CUNHA, L. – " A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local in Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003.

FERNANDES, G.P.- A dinâmica do espaço montanhoso e o seu potencial turístico: Uma avaliação para a Serra da Estrela" *Desenvolvimento Rural: Desafios e Utopias*, CEG, FLUL, Lisboa, 1999.

FERNANDES, G.P.–"Evolução e Significado do Extremo Ocidental da Cordilheira Central, como Espaço de Articulação Histórico, Sócio-Economico e Ambiental", *Actas Do 1º Congresso de Estudos Rurais* (formato electrónica), SPER, UTAD, Vila Real 2001.

FERREIRA, M. J., VENTURA, J.E – "Dinâmicas urbanas nas áreas de montanha portuguesas", *Regiões e Cidades na União Europeia: Que Futura*, Actas do VI encontro Nacional da APDR, APDR, Coimbra, 1999.

GARCÍA ALVAREZ, A. - "Delimitacion de la montaña y critérios para su ordenacion", in *actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña. Ministério de Agricultura*, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

MARTINEZ DE PISÓN, E.- "Los conceptos y los paisajes de montaña". *Supervivência de la montaña, actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

PLAZA GUTIERREZ, J. - "El espacio Geografico de las zonas de montaña. variedad de situaciones, variedad conceptual y tardío y variado tratamiento. El ejemplo Castellano-Leones; *XI Congreso Nacional de Geografía*, Vol II Comunicaciones; Ed. Asociación de Geógrafos Españoles y Universidad Complutense de Madrid; Madrid, 1989.

POINARD, M. "En torno al sector central de la raya" in *Actas simposium - La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Vilar Formoso, 1996.

RIBEIRO, O. - *Introdução ao estudo da geografia regional*, Edições Sá da Costa, Lisboa, 1995.

RIBEIRO, O. - "L'occupation humaine des montagnes", in *Opúculos Geográficos, Vol IV*, FCG, Lisboa 1996.

VERON, François – «Gestion de L'espace en Montagne. Pratique ancienne, nouvelles questions », *Montagne laboratoire de la diversité*, CEMAGREF, Grenoble, 1995